

São Paulo, 09 de agosto de 2023

Ao GTT NEM/FNE

ASS: Nota técnica da ANPUH sobre a proposta do MEC para o Ensino Médio.

Prezados,

Fundada em 1961, a ANPUH-Brasil completa 60 anos de existência com mais de 6 mil profissionais da história associados. O biênio 2021-2023 será de grandes desafios para nossa Associação em um cenário marcado por negacionismos, notícias falsas, aprofundamento das desigualdades econômicas e etnoraciais e ataques à democracia e à liberdade de expressão e de cátedra. A Anpuh-Brasil, como entidade científica, a partir de uma gestão colegiada e participativa, tem reafirmado seu compromisso com uma sociedade antirracista, justa e que respeite a diversidade, a pluralidade, a democracia e os direitos humanos.

Neste sentido, considerando as discussões, os documentos internos e amplamente divulgados, já produzidos pela Associação; a ANPUH-Brasil apresenta as seguintes considerações em relação ao documento apresentado pelo Ministério da Educação referente à Consulta Pública, conforme Portaria Ministerial 399, de 08 de março de 2023.

1. Sobre a distribuição de carga horária, consideramos que houve avanço, mas defendemos que sejam mantidas as 2.400 horas para a Formação Geral Básica (FGB);
2. Entendemos importante a proposta de expansão progressiva do ensino de tempo integral, desde que sejam garantidos investimentos adequados na melhoria da infraestrutura, formação de professores e de incentivos à permanência, principalmente para os estudantes em situação de

vulnerabilidade, de forma a garantir uma educação de qualidade e que possa fomentar as correções das desigualdades;

3. Com relação à formação de professores, defendemos a imediata revogação da resolução 02/209, BND-formação;

4. Sobre a organização curricular, entendemos que:

4.1. Em relação às características da organização curricular da História, a ANPUH defende que seja levado em conta o documento "Outros Futuros Possíveis: proposição para o ensino de História no Ensino Médio" em que são apresentados pressupostos e princípios para esse ensino", dentre as quais destacamos:

A manutenção da especificidade do componente disciplinar, a partir da perspectiva temporal da História, podendo haver integração do componente com outras disciplinas, seja nos temas em que a história e os temas sociais são centrais, ou em que é auxiliar. Entretanto, para que isso ocorra, são necessárias condições favoráveis aos docentes para que possam desenvolver esse trabalho/projeto, tais como:

a) Consideração da especificidade do Componente curricular História.

b) Definição de carga horária adequada para a área de Ciências Humanas, considerando tempos para o trabalho por componente curricular específico e para projetos interdisciplinares;

c) Disponibilidade de tempo escolar para planejamento e realização de trabalhos/projetos interdisciplinares, por sua natureza coletiva;

d) Recursos financeiros quando o projeto envolver estrutura ou material necessário para sua plena realização;

4.2. Considerando sua potencialidade de contribuir para situar historicamente os estudantes quanto ao seu presente, a partir da convocação historicizada de análises do passado, os temas ou campos temáticos mencionados como necessários e incontornáveis - sempre em perspectiva histórica - no Ensino Médio na contemporaneidade, foram destacados pelos especialistas e

aprovados na plenária as seguintes proposições de temas organizadores do trabalho curricular do Ensino de História no Ensino Médio

1) A sociedade democrática como resultado de processos históricos, a diversidade constitutiva dessa sociedade (de classe, étnico racial, de gênero, etária, regional) e a relação democrática entre minorias e majorias, a exclusão histórica de populações no Brasil, a organização republicana, a constituição e seu lugar na vida cidadã, o trabalho, desestruturação e reestruturação do mundo do trabalho, o Estado de direito e a violência de Estado, os direitos humanos e os direitos sociais.

2) A globalização como processo mundial, nacional e local, a governança mundial a partir de instituições transnacionais, a formação de novos centros políticos e econômicos, os impactos das mídias, big techs e da inteligência artificial na vida contemporânea (trabalho, política, cultura, informação).

3) A questão histórica e ambiental da terra e sua ocupação, a terra no Brasil como fator de sobrevivência, exclusão e hierarquização social, os usos da terra e de suas riquezas no Brasil e o ambiente, a Amazônia. Os povos originários. Visando a historicização necessária à abordagem dos temas, foi indicado que o aspecto metodológico seja considerado na formulação de políticas e nos planejamentos, de forma que não haja apenas a reformulação de temas, mas de abordagens. A abordagem de temas, documentos (em sua diversidade) e diferentes linguagens, pautada em aspectos e estratégias da crítica histórica deve propiciar o desenvolvimento de capacidades de leitura e escrita crítica de fontes e textos que extrapolam os do componente curricular, contribuindo, por um lado, com o trabalho integrado ou interdisciplinar e, por outro, para a educação contra o negacionismo e o racismo e a desconfiança diante de Fake News.

5 O trabalho profissional no Ensino Médio, no que se refere às disciplinas curriculares seja ministrado por profissionais com habilitação em licenciaturas específicas, não com notório saber (idem). Isso implica na exigência de formação profissional do docente na realização de projetos que requeiram conhecimentos específicos de áreas de conhecimento.

Implica, assim, que não se aceite que o docente ministre qualquer conteúdo, seja em componente curricular específico, seja em projetos e atividades interdisciplinares, inclusive, a necessária formação profissional, inicial ou continuada, no trato responsável com conhecimentos específicos.

6 Quaisquer trabalhos que sejam feitos como inovação no Ensino Médio deverão passar por apresentação, planejamento e avaliação de seu corpo profissional, com carga horária destinada para isso, e apresentar condições de recursos humanos e materiais necessários (idem).

7 Premissa fundamentais:

a) Que as políticas relacionadas ao Ensino Médio necessitam considerar a especificidade e diversidade do público do Ensino Médio, em sua diversidade – de gênero, étnico-racial, etária (com destaque para as culturas juvenis), de classe, regional, abandonando uma perspectiva adultocêntrica de currículo e de escola. O estudante deve ser considerado como sujeito histórico e produtor de conhecimento, não apenas como receptor deste conhecimento.

b) Que se considere que a escola, em sua diversidade (urbana, do campo, quilombola, indígena, profissional etc.) é um espaço valorizado pelos seus estudantes, para além do desenvolvimento cognitivo, para o desenvolvimento afetivo, no sentido das amizades, e da busca de referências, com o oferecimento de relações menos hierarquizadas institucionalmente.

8 Defendemos a obrigatoriedade do espanhol como disciplina, o que não impede que o inglês também o seja.

9 Em relação ao ensino técnico, considerado pela proposta inicial do governo como um terceiro "percurso de aprofundamento" (antigo "itinerário formativo"), entendemos ser fundamental atentar aos princípios consolidados na concepção do Ensino Médio Integrado (EMI), articulando os conhecimentos básicos aos especificamente técnicos, de modo a superar a dualidade entre formação básica e formação profissional que deram a tônica por décadas na educação profissionalizante no país. Assim, entendemos que o EMI oferece a possibilidade de uma abordagem politécnica atenta às dimensões múltiplas da

formação humana, tendo as Ciências Humanas, em especial a História, papel de destaque nessa construção. Visamos, assim, um ensino técnico de nível médio voltado à superação da formação restrita ao "mercado de trabalho", buscando, ao contrário, uma formação mais ampla ao "mundo do trabalho", como apregoado pelo EMI. Nesse sentido, a previsão de 20% de EaD para os cursos técnicos negligencia essa formação ampla e ameaça o papel do ensino de história na Educação Profissional e Tecnológica.

10 Sugerimos uma visita ao documento publicado pela ANPUH-Brasil, após realização do Seminário documento "Outros Futuros Possíveis: proposição para o ensino de História no Ensino Médio" (disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/7278-outros-futuros-possiveis-documento-final> ).

Sem mais para o momento, e na esperança de podermos contar com o apoio de Vossa Excelência, subscrevemos.

Ana Maria Veiga

**Presidente**

**Diretoria Biênio 2023-2025**

**PRESIDENTA:** ANA MARIA VEIGA (UFPB)

**VICE-PRESIDENTA:** RITA DE CÁSSIA MARQUES (UFMG)

**SECRETARIA GERAL:** FRANCIVALDO ALVES NUNES (UFPA)

**PRIMEIRA SECRETARIA:** LARA VANESSA DE CASTRO FERREIRA (UNIFAP)

**SEGUNDA SECRETARIA:** FRANCISCO EGBERTO DE MELO (URCA)

**PRIMEIRA TESOUREIRA:** WAGNER GEMINIANO DOS SANTOS (SME-SJCG/PE e UFOP)

**SEGUNDA TESOUREIRA:** THIAGO FARIA SILVA (IFB)

**EDITORA DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA - RBH:** SÔNIA MENEZES (URCA)

**EDITOR DA REVISTA HISTÓRIA HOJE - RHHJ:** MARCUS LEONARDO BOMFIM (UFJF)